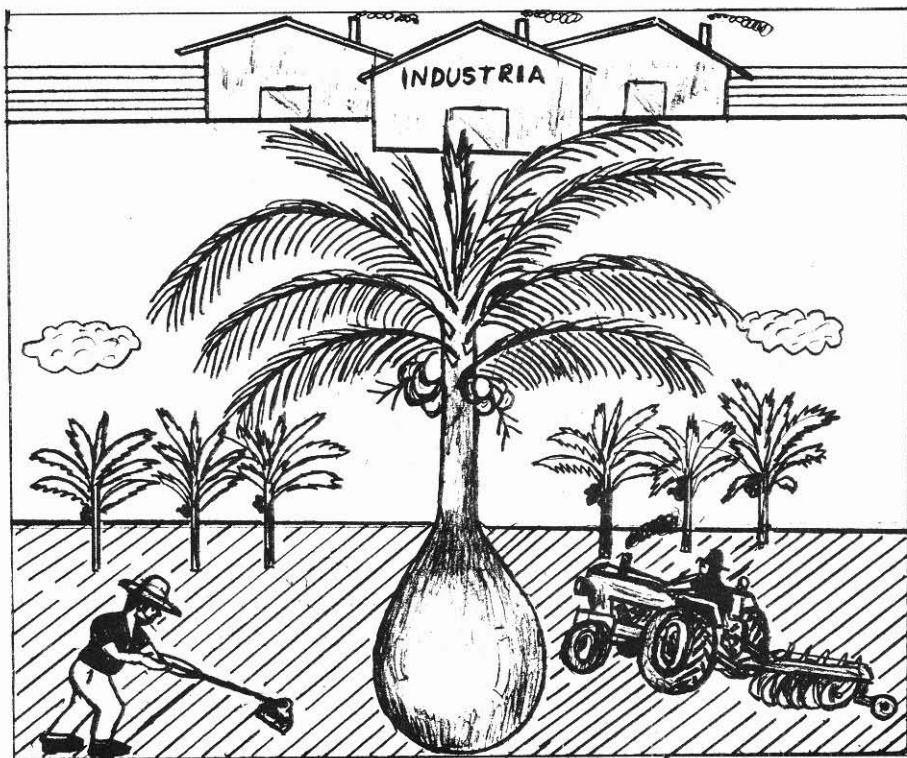




**O COQUEIRO (*Cocos nucifera* L.) EM SERGIPE: DA
AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA À
COORDENAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA**



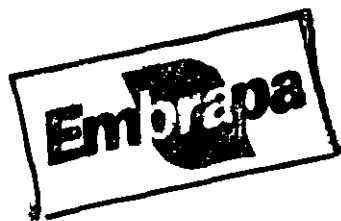
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Vinculada ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma
Agrária - MAARA
Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros-CPATC
Av. Beira-mar, 3.250; 49025-040; Aracaju-SE
Tel.: (079) 217.1300; Fax: (079) 231.9145

DOCUMENTOS Nº 4



12 SET 1996

Julho, 1995



**O COQUEIRO (*Cocos nucifera* L.) EM SERGIPE:
DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA À
COORDENAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA**

Dalva Maria da Mota
Humberto Rollemberg Fontes
Luiz Alberto Siqueira



Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
Vinculada ao Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma
Agrária - MAARA
Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros-CPATC
Av. Beira-mar, 3.250; 49025-040; Aracaju-SE
Tel.: (079) 217.1300; Fax: (079) 231.9145

Copyright © EMBRAPA - 1995
EMBRAPA/CPATC. Documentos, 4
Exemplares desta publicação podem ser solicitados ao:
Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros - CPATC
Av. Beira-mar, 3.250
Tel (079) 217-1300 - Ramal 57 -Telex: 792318
Caixa Postal 44 - CEP: 49001-970
Aracaju-SE

Chefe Geral de Pesquisa: Emanuel Richard Carvalho Donald (Interino)
Chefe Adjunto de ApoioTécnico: Emanuel Richard Carvalho Donald
Chefe Adjunto de Pesquisa & Desenvolvimento: Wilson Menezes Aragão
Chefe Adjunto Administrativo: Miguel Ferreira de Lima

Comitê Local de Publicações

Presidente: Wilson Menezes Aragão

Comissão : Antônio Carlos Barreto

Dalva Maria da Mota

Ederlon Ribeiro de Oliveira

Jiciára Sales Damásio

Luiz Mário Santos da Silva

Luiz Alberto Siqueira

Grupo de análise: Edson Diogo Tavares

Edmar Ramos de Siqueira

Joana Maria Santos Ferreira

Digitação: Maria Ester Gonçalves Moura

Composição/Diagramação: Aparecida de Oliveira Santana

Revisão Gramatical: Jiciára Sales Damásio

Arte final de capa: Erivaldo Fonseca Moraes

Tiragem: 300 exemplares

Mota, D. M. da; Fontes, H. R.; Siqueira, L. A. **O coqueiro**
(*Cocos nucifera* L.) em Sergipe: da agricultura de
subsistência à coordenação nacional de pesquisa. Aracaju:
EMBRAPA/CPATC, 1995. 35p. (EMBRAPA/CPATC.
Documento, 4).

Cocos nucifera; coqueiro; Brasil; Sergipe: EMBRAPA;
CPATC;

CDD: 634.61

AGRADECIMENTOS

Sinceros agradecimentos são dedicados ao colega **JOÃO QUINTINO DE MOURA FILHO** pela colaboração e dedicação para conclusão deste trabalho.

SUMÁRIO

Introdução	7
Procedimentos Metodológicos.....	8
I - O coqueiro e a agricultura sergipana de subsistência nos séculos XVIII e XIX.	10
II - O coqueiro como estratégia econômica a partir de 1920.....	14
III - A intervenção estatal e sua influência na configuração das propriedades cocoicultoras.....	15
Conclusões	29
Referências Bibliográficas	30

O COQUEIRO (*Cocos nucifera* L.) EM SERGIPE: DA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA À COORDENAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA.

Dalva Maria da Mota¹
Humberto Rollemberg Fontes²
Luiz Alberto Siqueira²

INTRODUÇÃO

A história econômica do Nordeste é marcada pela elevada concentração fundiária, em consequência do sistema de sesmarias, implantado nos primórdios da colonização do Brasil, quando grandes extensões de terras eram cedidas para a criação de gado em pastagens naturais e para exploração da cana-de-açúcar.

O surgimento das grandes propriedades em Sergipe se deu com a sua conquista que, segundo Diniz (1991), visava estabelecer a ligação entre a Bahia e Pernambuco, centros econômicos produtores de cana-de-açúcar, com o fim de abastecer as áreas canavieiras de carne e produtos de subsistência e dominar os índios, para evitar o comércio destes com os franceses. A ocupação seguiu a rota Sul/Norte, caracterizando-se os sertões como área de criação e o litoral como área agrícola, dadas as condições pluviométricas e de solo favoráveis.

¹Pedagoga, M.Sc., EMBRAPA/CPATC, Av. Beira-mar, 3.250, Caixa Postal 44, 49001-970, Aracaju/SE.

²Eng. Agr., M.Sc., EMBRAPA/CPATC, Av. Beira-mar, 3.250, Caixa Postal 44, 49001-970, Aracaju/SE.

Paralelas à ocupação do espaço pelas grandes propriedades, iam-se formando pequenas explorações de subsistência em terras indígenas, devolutas, e dentro das áreas das sesmarias, em sistema de arrendamento. Essas áreas eram exploradas por posseiros, arrendatários e moradores que produziam mandioca, feijão, milho, coco e arroz para suprir as suas necessidades, a das grandes propriedades e do mercado local. Apenas o excedente era comercializado e as condições de produção eram influenciadas pela situação de expansão ou retração das culturas dependentes do mercado externo.

Um grande número de estudos tem analisado o cenário típico da época colonial, caracterizando o sistema de "plantation" e retratando a problemática regional, especialmente nos Estados de Pernambuco e Bahia, principais pólos produtores. No entanto, estudos sobre a formação socioeconômica das áreas adjacentes aos dois Estados são praticamente inexistentes, conforme constatado por Subrinho (1983). No Estado de Sergipe, só recentemente a literatura tem sido enriquecida, especialmente pelas pesquisas históricas e geográficas. Assim, identifica-se a carência de estudos que forneçam elementos de análise das situações atuais da agricultura do Estado, especialmente daquelas formas de produção que estiveram sempre associadas às camadas mais pobres da população, como é o caso do coco, produto que, na atualidade, assume grande importância na economia sergipana mas que, no final do século XIX, era tida por Freire (1977) como uma cultura pouco explorada, porém com grande potencial.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Na economia sergipana, o coco enquadra-se no elenco das culturas alimentares do período colonial, vindo a assumir posição de destaque somente a partir da década de 1930, o que levou à divisão do estudo em dois períodos: o primeiro, até 1920, quando os diferentes estudos apenas citam a existência do coqueiro no Estado, mas não apresentam dados sistemáticos sobre o mesmo. São referências históricas que abordam a cana-de-açúcar, o algodão e a pecuária. É o caso de Andrade (1986), Almeida (1984, 1993), Souza (1808), Gomes (1982), Diniz (1981), Freire (1977) e Subrinho (1983). O segundo, a partir de 1920, quando já se encontram disponíveis os dados censitários, que são analisados à luz dos estudos de França (1988), Carvalho (1981), Cruz (1943), Gutierrez (1989), entre outros.

No caso dos censos, os dados analisados enfocam os levantamentos que se referem aos anos de 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990. O primeiro e o último referem-se aos anuários estatísticos.

Além dos censos, outra forma de levantamento de informações foi através de entrevistas com diferentes agentes (pesquisadores, produtores, industriais, etc).

As principais variáveis analisadas são: número de estabelecimentos, áreas cultivada e colhida, produção, número de plantas em produção e total, distribuição da terra e principais municípios produtores.

Dentre as variáveis selecionadas, a distribuição da terra torna-se o principal referencial de análise, considerando-se que é sobre ela que se desenrola o processo produtivo que origina as

relações de produção. A distribuição de terra é também tomada como indicador básico de distribuição de renda, conflitos sociais e estímulos públicos ao desenvolvimento da cultura.

I - O coqueiro e a agricultura sergipana de subsistência nos séculos XVIII e XIX.

Para Gomes (1982), o coqueiro foi introduzido no Brasil em 1553, quando os portugueses trouxeram seus frutos para o porto de Salvador, procedente da Índia, via Ilha de Cabo Verde. Segundo França (1988), o coqueiro foi plantado inicialmente no litoral baiano e o seu uso se restringia ao consumo da água pelos índios. Da Bahia, o coco foi levado para outras áreas da costa nordestina e, ao encontrar condições favoráveis, disseminou-se em todos os Estados, com destaques para Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

Em Sergipe, a literatura consultada não registra a presença do coqueiro nos primórdios da colonização, nem mesmo dentre as culturas de subsistência. Informações verbais, no entanto, evidenciam que a presença do coco em Sergipe se deu por volta de 1700, em pequenas áreas de baixa fertilidade natural, próximas ao litoral. A produção era exportada para as Regiões Sul e Sudeste, em sacos de 70kg, nos navios que transportavam açúcar sergipano, através dos portos de Santa Luzia, Neópolis e Aracaju. Através destes, efetivou-se também a entrada de sementes de coco.

Analizando a agricultura sergipana no início do Século XIX, Souza (1808) afirma que as culturas de subsistência eram exploradas em São Cristóvão (antiga capital do Estado), Santa Luzia do Piauí (atual Santa Luzia do Itanhý), Villa de Thomar (atual Tomar de Geru), Villa de Lagarto, Villa de Itabayanna, Santo Amaro, Villa Nova (atual Neópolis) e Propriá, com destaque para as culturas da mandioca, feijão, milho e algodão. No entanto, não há

referência em relação ao coco, mesmo se considerando que dois dos municípios citados - Santa Luzia do Itanhy e Santo Amaro - se destacam como grandes produtores a partir de 1950. Constata-se, no entanto, que ambos eram predominantemente produtores de culturas de subsistência e, conseqüentemente poderiam estar associados à exploração do coqueiro.

Almeida (1978) analisando a crise de alimento na província de Sergipe, no período 1855-1860, através de informações das Câmaras Municipais de Estância, Rosário, Divina Pastora, Capela e Itabaiana (municípios que produziam um excedente de alimentos que servia aos maiores centros urbanos da Província de Sergipe), cita a produção de 3.000 milheiros de coco. No entanto, a autora, analisando os excedentes colocados no mercado por esse grupo de municípios, não cita o coco, fazendo compreender ser aquela uma produção consumida naqueles municípios.

Um outro grupo de municípios citados por Almeida (1978) é o daqueles que produziam somente para o abastecimento de sua população. A esse grupo pertenciam os municípios de Santa Luzia, São Cristóvão, Santo Amaro, Laranjeiras, Socorro, Maruim, Vila Nova (Neópolis), Propriá, Lagarto e Campos (atual Tobias Barreto). Nesse grupo, a autora destaca o coco e o açúcar como os produtos exportados, com destaque para o município de Santo Amaro, com 100.000 coqueiros plantados.

Nos dois grupos, o cultivo do coqueiro predominava nos "sítios", que são considerados como áreas de produção de culturas de subsistência, onde apenas o excedente é comercializado. Essa situação era comum em outros Estados nordestinos. Segundo Andrade (1986) "os coqueirais, respeitando o imperialismo da cana-de-açúcar, confinavam-se à estreita faixa litorânea, dando margem a que se desenvolvesse aí uma sociedade pobre, democrática, que nenhuma sombra fazia à aristocracia dos canaviais..."

Freire (1977) se refere ao coco como uma cultura de grande futuro e, nas estatísticas estaduais que apresenta do período 1872-73, demonstra que o valor da comercialização do fruto e do óleo corresponde a apenas 2% do total do Estado, o que leva a concluir que, no final do Século XIX, a participação do coco na economia ainda era reduzida.

É interessante observar que, apesar da pequena expressão da cultura na economia estadual, em 1916, segundo Cruz (1943), foi instalada em Aracaju - Povoado Barra dos Coqueiros - a primeira fábrica ou estufa de copra do Brasil de propriedade de Jardelino Porto. Isto demonstra que o potencial da cultura estava sendo reconhecido e estimulado pela iniciativa privada, apesar de não se registrar nenhuma intervenção estatal no sentido de melhorar o padrão tecnológico da cultura.

Segundo o censo de 1920, existiam 797 estabelecimentos produtores de coco no Estado de Sergipe, distribuídos em 27 municípios, perfazendo uma área de 1.839ha. No Brasil, existiam 16.245 estabelecimentos e uma área plantada de 30.194ha. Sergipe, em relação ao Brasil, ocupava o 5º lugar em número de árvores e estabelecimentos. Apesar desta posição, produzia apenas 6% da produção nacional e tinha rendimento de 20 frutos/pé/ano, quando a média nacional já era de 25 frutos/pé/ano.

A Tabela 1 demonstra os principais municípios produtores de coco, produção, área cultivada e número de árvores no Estado de Sergipe em 1920.

Em termos de área cultivada, o coco ocupava o 10º lugar no Brasil, ficando as maiores áreas na Bahia, Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

Tabela 1. Principais municípios produtores de coco segundo número de estabelecimentos, produção, área cultivada e número de árvores -1920.

Principais Município Produtores	Nº Estabelec. Produtores	Produção (tonelada)	Área Cultivada (ha)	Nº de Árvores plantadas
1. Aracaju	58	31.028	597	77.570
2. Itaporanga	27	22.784	438	56.959
3. Estância	62	11.274	217	28.184
4. Indiaroba	18	8.580	165	21.450
5. Santo Amaro	4	6.666	128	16.666
6. Japarutuba	47	3.718	71	9.294
7. Pacatuba	19	2.207	44	5.767
8. Laranjeiras	17	1.550	30	3.874
9. Santa Luzia	4	1.550	30	3.874
10. Itabaiana	101	1.234	24	3.084
11. Rosário	19	1.080	19	2.450
12. Lagarto	219	1.050	20	2.625
13. Riachuelo	13	579	11	1.447
14. Riachão	9	400	8	1.001
15. Neópolis	8	364	7	911
Total	625	94.064	1.809	235.156

⁰Mil.

Fonte: IBGE

É importante observar que, em 1920, o atual município de Barra dos Coqueiros pertencia à área de Aracaju, daí este município ocupar o 1º lugar em produção. Por outro lado, Lagarto e Itabaiana tinham o maior número de estabelecimentos que produziam coco sem, no entanto, terem os maiores índices de produção (12º e 10º lugar, respectivamente). Conclui-se, portanto, que a presença do coqueiro nesses estabelecimentos era como uma fruteira de composição de pomar, característica das pequenas propriedades nordestinas.

II - O coqueiro como estratégia econômica a partir de 1920

A agricultura sergipana no início do Séc. XX, como em todo o Nordeste rural, enfrentou uma grande crise, decorrente da queda de preços dos produtos de exportação (açúcar e algodão), da precariedade e elevados custos do sistema de transporte, da concorrência com fornecedores estrangeiros ou extra-regionais, da instabilidade da oferta agrícola sergipana e da ausência de canais de comercialização. Nesse período, segundo Oliva (1991), a hegemonia da oligarquia montou uma estratégia - especialmente para os senhores de engenho - de recuperação da economia açucareira, a qual incluía a criação de um banco, a instalação de estrada de ferro para baratear o transporte do açúcar e o estabelecimento de linhas diretas de navegação entre Sergipe e os centros compradores de açúcar, principalmente o Rio de Janeiro. Mesmo assim, a crise açucareira sergipana continuou e, segundo Subrinho (1983), resultou no fechamento de engenhos e concentração da produção, que estimularam a agricultura de subsistência, passando esta a ocupar diferentes áreas do Estado, sem discriminação da qualidade de solos, segundo pronunciamento oficial citado pelo mesmo autor.

Nesse contexto, os pequenos produtores encontraram na exploração do coqueiro uma alternativa econômica, considerando-se que há uma produção distribuída durante todo o ano e pode ser consorciada com culturas anuais, na maioria das fases do seu cultivo, possibilitando ainda a associação com animais, na fase adulta. Todas estas características são convenientes às estratégias econômicas dos pequenos produtores que, sem grandes possibilidades financeiras, optam por alternativas que assegurem a sua reprodução social através da exploração simples dos recursos naturais. É nesta lógica que gradativamente as pequenas propriedades ampliam o cultivo do coqueiro em suas áreas, explorado, em sua maioria, de forma extrativista.

III - A intervenção estatal e sua influência na configuração das propriedades cocoicultoras

Em Sergipe, a década de 30 representou uma época de expansão das áreas destinadas à culturas de subsistência e de redução da área de cana-de-açúcar. Segundo Subrinho (1983), a pecuária também representou uma alternativa econômica para os antigos senhores de engenho, considerando que a mesma exige menos gastos com salários e matérias-primas. Segundo o mesmo autor, as condições estruturais do complexo econômico sergipano, bem como a situação do mercado nacional, não favoreciam a consolidação de uma agricultura de alimentos. O que se verificou, portanto, foi uma expansão da produção agrícola consorciada com algodão ou ligada à conquista de novas áreas para pecuária. Em alguns casos, a expansão dessa produção agropecuária propiciou o surgimento de atividades industriais, como por exemplo o beneficiamento do arroz, fumo, coco, etc. Estas atividades criaram um clima favorável à melhoria do padrão tecnológico das culturas. No caso do coco, destacam-se nessa época, os estudos realizados no Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe - ITPS, para industrialização do coco, culminando com a descoberta da conservação do leite de coco pelo químico-farmacêutico Antônio Tavares de Bragança. Desta forma, estavam lançadas as bases para industrialização do produto, expressa pela instalação em 1932 da primeira fábrica de leite de coco do País, denominada de Fábrica de Leite de Coco Serigy, de propriedade de Álvaro Sampaio. Destaca-se também o pioneirismo do Estado de Sergipe na industrialização e pesquisa no Brasil. Esta última, em atendimento às reivindicações dos grandes proprietários produtores de coco, que visualizavam o potencial da cultura, dentre os quais, Manuel Sobral, denominado "rei do coco" no Estado.

Assim, foi fundado no ano de 1933 o campo de produção de mudas denominado "Sementeira", para fomentar a cultura, a partir de material de melhor qualidade. Esse campo

pertencia ao Serviço de Fomento da Produção Vegetal, ligado diretamente à Secção de Plantas Sacarinas e Oleaginosas do Ministério da Agricultura. Cinco anos depois foi criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas - CNEPA, ficando o campo de semente sob a chefia direta do Instituto de Experimentação Agrícola, órgão do CNEPA.

Pelo Decreto-Lei nº 6.155 de 30 dezembro de 1943, que reformulou a estrutura orgânica do CNEPA, foi criado o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas, passando o Campo de Sementes do Coqueiro a denominar-se Estação Experimental de Aracaju. Posteriormente, o nome da Estação passou a ser Subestação Experimental de Aracaju. Essa unidade, criada inicialmente com 29 hectares, foi ampliada em 1948 para 100 hectares, ficando sob a administração do agrônomo José Pereira de Miranda (1938/1951), que desenvolveu inúmeros estudos envolvendo a biologia floral, cruzamentos e introdução de material, visando a obtenção de híbridos.

Com a criação da estação experimental, inaugura-se uma época de melhoria do padrão de produção, começando a surgir propriedades utilizando recomendações técnicas vigentes na época e, através do incentivo do fornecimento de mudas, novos plantios foram povoando a faixa costeira. Nessa época, formaram-se grandes propriedades, em face da intervenção estatal e do crescimento do parque industrial.

Uma das atividades fundamentais para melhoria do padrão tecnológico foi a distribuição de mudas que, no período 1935/48, totalizaram 418.338. A partir de 1944 registrou-se a distribuição de mudas do coqueiro anão.

À proporção que a intervenção governamental estimulava a formação de um novo padrão tecnológico para a cultura no Estado, surgiam diferentes iniciativas de processamento da

cultura, estimulando a expansão das áreas plantadas. Este é o caso do processamento da farinha do coco que, segundo Cruz (1943), até 1931 toda a farinha consumida no Brasil era importada do Ceilão. A partir daí, a fabricação passou a ser através de firma sergipana, em Aracaju, suprimindo grande parte da demanda brasileira e exportando o produto para o Chile e Argentina.

Já em 1935, a administração da fábrica de leite de coco SERIGY, através de declaração do seu proprietário, Sr. Álvaro Sampaio, referia-se aos anos de 1933/34 como anos de grande dificuldade em virtude da insipiência e pouco conhecimento tecnológico dos processos industriais, em face da originalidade do empreendimento, da falta de incentivo bancário e do peso dos impostos. Não obstante as dificuldades, o declarante refere-se ao potencial do empreendimento e cita que o Governo brasileiro realizava contatos para entrada livre do leite de coco "SERIGY" na Argentina.

No ano de 1940 existiam doze estabelecimentos dedicados ao beneficiamento do coco em Sergipe, sendo três destinados ao processamento da copra, quatro a farinha, um ao leite de coco e quatro ao óleo de coco.

Do lado dos produtores, o fornecimento de matéria-prima para as indústrias era abundante, o que leva França & Silva (1981) a afirmarem que "Nessa época, a venda do coco "in natura" no mercado sulino, processando-se de forma inexpressiva, não chegava a diminuir a oferta às indústrias, que estabeleciam os preços que lhe convinham. Acreditamos que este comportamento dos industriais favoreceu a atuação dos intermediários exportadores que, atualmente, exercem uma grande influência na comercialização, provocando elevação de preços. Nesse contexto, a exportação de cocos descascados em sacos de 70kg para os diferentes Estados era uma alternativa encontrada, mas que não chegava a prejudicar o

fornecimento de matéria-prima para as indústrias, dada a grande oferta".

Segundo o censo de 1940 existiam em Sergipe 8.466 estabelecimentos produtores de coco com uma produção de 24.525 milheiros. Comparando estes dados aos de 1920, constata-se que o número de estabelecimentos aumentou em torno de 960% naquele período e Sergipe passou a produzir 14% da produção nacional e a ocupar o 5º lugar em quantidade produzida. A produção do Brasil para a mesma época era de 1.663.493 milheiros em 62.995 estabelecimentos.

A Tabela 2 demonstra os principais municípios produtores, o número de estabelecimentos com declaração e a quantidade produzida em 1940.

Atribui-se a este crescimento os estímulos proporcionados pela distribuição de mudas melhoradas e a absorção da produção pela agroindústria.

Os trabalhos de melhoramento dos coqueiros avançaram até 1948, cedendo lugar a trabalhos de manejo do coqueiral com ênfase à nutrição das plantas, a partir de 1963. Nessa década, foram firmados acordos de cooperação nacional e internacional com o Instituto de Pesquisa de Óleos e Oleaginosas - IRHO, da França, contemplando a instalação e condução de 52 campos de demonstração de adubação, instalação de campo de produção de sementes híbridas, treinamento e visitas de técnicos brasileiros ao exterior (Santos, 1989).

Na década de 50, o ritmo de crescimento das áreas plantadas foi de 5%, não obstante continuarem as atividades acima especificadas. Relaciona-se este moderado crescimento à impossibilidade de ampliação das áreas plantadas pelos produtores

familiares, considerando que, para Sigaud (1979), na década de 50

Tabela 2. Principais municípios produtores, estabelecimentos com declaração e produção - 1940.

Principais Municípios Produtores	Estabelecimentos com Declaração	Produção (mil)
1. Aracaju	1.080	5.986
2. Itaporanga	370	3.105
3. São Francisco	141	3.030
4. S. Luzia do Itanhy	77	2.688
5. Santo Amaro	244	1.468
6. S. Cristóvão	582	1.389
7. Estância	427	1.374
8. Japaratuba	229	987
9. Indiaroba	231	874
10. Lagarto	1.509	841
11. Carmópolis	98	692
12. Itabaiana	1.128	355
13. Rosário	243	281
14. Capela	75	264
15. Laranjeiras	174	257
Total	6.608	23.591

Fonte: IBGE

iniciou-se um processo de transferência da força de trabalho do campo para a cidade, com os moradores abandonando as propriedades e instalando-se nas cidades da região. Por outro lado, analisa-se que este período corresponde a uma fase de acomodação da grande estrutura implantada em 1940.

A Tabela 3 demonstra os principais municípios produtores, produção, número de estabelecimentos, área e número de pés que produziram em 1950, quando Sergipe mantinha o 4º lugar em quantidade colhida no cenário nacional. Nesta década, o Brasil tinha uma produção de 1.905.461 milheiros em 47.088

estabelecimentos. Para estas mesmas variáveis, Sergipe dispunha de 228.232 milheiros e 8.887 estabelecimentos.

Tabela 3. Principais municípios produtores, produção, número de estabelecimentos, área e pés que produziram - 1950.

Principais Municípios Produtores	Produção (mil)	Estab. c/ declaração	Área (ha)	Pés que produziram
1. Aracaju	5.304	784	2.343	182.021
2. Itaporanga	3.853	595	1.432	124.240
3. Estância	1.848	564	732	57.776
4. Cotinguiba	1.251	243	149	15.580
5. Indiaroba	1.122	267	491	37.821
6. S. Cristóvão	1.046	589	602	44.982
7. Brejo Grande	852	256	657	33.231
8. Japarutuba	700	103	212	18.035
9. Japoatã	672	271	217	19.420
10. Lagarto	568	1.619	118	7.586
11. S. Luzia do Itanhy	559	172	258	19.502
12. Laranjeiras	384	75	54	7.834
13. Itabaiana	316	960	65	4.156
14. Rosário do Catete	273	190	107	5.759
15. Carmópolis	163	70	99	7.161
Total	18.911	6.758	7.536	585.104

Fonte: IBGE

É importante observar que, no Estado de Sergipe, o número de estabelecimentos aumentou em torno de 37% no período 1950/60 e a produção praticamente duplicou. Isto foi muito influenciado pelos estímulos envidados no Governo Leandro Maciel, expressos pelo grande número de mudas distribuídas na época, perfazendo um total de 1.170.022 (segundo relatórios oficiais da

Estação Experimental da Sementeira), bem como pela instalação de infra-estrutura para escoamento da produção (estradas) na região Norte do Estado. É nesta década que se registra ainda um grande percentual de crescimento da produção, em torno de 107%, levando Sergipe a ocupar o 2º lugar como maior produtor de coco no panorama nacional.

No final da década de 60 Sergipe teve a maior produção de coco da sua história, com um incremento em torno de 113% em relação a década anterior. Este desempenho, no entanto, não trouxe a resposta econômica esperada pelos produtores, considerando que as safras do final da década foram afetadas pela grande safra da Bahia - influenciada pela distribuição de 1.000.000 de mudas no Governo Landolfo Alves - e pela falta de mercado, acarretando uma redução de 36% no total de estabelecimentos.

O censo de 1960 detalha que 97% das propriedades produtoras de coco tinham até 100ha e ocupavam apenas 24% da área destinada à cultura no Estado e totalizavam 5.675 estabelecimentos, numa área de 157.143ha.

No período de 1963/1971, frente aos escassos recursos para continuar com os trabalhos de melhoramento, o Instituto de Pesquisa Agropecuária do Leste - IPEAL se voltou para o manejo da cultura, estudando a formação de mudas, tratos culturais e principalmente adubação e tratos fitossanitários. Com a criação da EMBRAPA em 1973, foi fundada em 13 de junho de 1975 a UEPAE de Quissamã - Unidade de Execução de Pesquisa de Âmbito Estadual, encarregada de desenvolver pesquisas com os produtos de interesse do Estado. Com esta criação, a Subestação Experimental de Aracaju foi transformada em Campo Experimental de Coco ligado diretamente à UEPAE de Quissamã, que passou a coordenar e executar no Estado pesquisas com o coqueiro, mandioca, bovinos de leite e de corte, feijão e milho, que eram desenvolvidas nos campos experimentais de Quissamã, Aracaju, N.

Sra. das Dores, N. Sra. da Glória e Queimadas (incorporado do Ministério da Agricultura).

Em 1979, a EMBRAPA transfere a sede da UEPAE de Quissamã para Aracaju onde funcionava o Campo Experimental de Coco - “Sementeira”. Até essa data os projetos desenvolvidos com coco eram coordenados pelo Departamento Técnico-científico da EMBRAPA com sede em Brasília. Com a transferência da Unidade para Aracaju e com o crescimento da cidade, tornava-se imperiosa a locação de nova área para dar continuidade aos trabalhos com a cultura do coco. Em outubro de 1979, foi adquirida a Fazenda Caju no município de Itaporanga d’Ajuda com área de 980ha, que se constitui o atual Campo Experimental de Itaporanga.

A partir de 1980, a EMBRAPA atribuiu à UEPAE de Aracaju a Coordenação Nacional dos Projetos de Pesquisa com o coqueiro realizados no País. Em 1982 foi criado o Programa Nacional de Pesquisa de Coco, sendo atribuída à UEPAE-Aracaju a sua coordenação. O PNP-Coco teve como objetivo coordenar a nível nacional os trabalhos de pesquisa com a cultura do coqueiro onde, entre outras áreas, destacavam-se como prioritário os trabalhos de melhoramento genético e controle integrado de pragas e doenças. Em 1984 a EMBRAPA promove, juntamente com o IBDF e Associação Brasileira de Produtores de Coco o 1º Seminário sobre a cultura do coco, em Aracaju, no qual uma das reivindicações foi a criação de um Centro de Pesquisa de Coco para esta cultura. Em 1985 a UEPAE de Aracaju é transformada em Centro Nacional de Pesquisa de Coco e a EMBRAPA decide que o CNPCo continuaria com a responsabilidade pelo desenvolvimento dos projetos de pesquisa com outros produtos conduzidos até então pela UEPAE de Aracaju. Em 22 de março de 1993 a EMBRAPA seguindo o novo modelo institucional extinguiu o Centro Nacional de Pesquisa de Coco e criou o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Tabuleiros Costeiros, constituindo-se num Centro de Referência Ecorregional,

continuando, no entanto, com a responsabilidade de coordenar a pesquisa com coco no Brasil, dentre suas atividades.

No Brasil, as décadas de 1970 e 80 são marcadas pela adoção de um modelo de modernização agrícola, pelo qual se pretendia diminuir as importações e ampliar o mercado nacional, incorporando mais estreitamente a agricultura ao complexo industrial emergente, tanto como consumidora dos novos meios de produção, quanto como produtora de matéria-prima. A efetivação do modelo se deu através de políticas públicas, tendo como principal instrumento viabilizador o crédito rural.

Em Sergipe foram envolvidos, predominantemente, grupos de produtores que dedicavam à pecuária e à produção de culturas destinadas a agroindústria (laranja, maracujá, arroz, cana-de-açúcar e coco).

Segundo França (1988), a implantação de coqueiros foi um fenômeno muito estimulado na década de 70 e início de 80 através de incentivos dos Governos Estadual e Federal para melhoria do parque industrial (dedução do imposto de circulação de mercadoria - ICM, em até 60%, pelo prazo de cinco anos para investimento em empreendimentos a título de subsídio) e financiamentos de projetos elaborados pelas empresas de assistência técnica e extensão rural, cuja finalidade era a aquisição de sementes selecionadas, fertilizantes e defensivos agrícolas.

Nesse contexto, o crescimento da cultura continuou o seu percurso. Sergipe, na década de 70, aumenta a sua produção em torno de 113%, em relação à década anterior e o número de propriedades aumenta em 44%. Sergipe mantém o 2º lugar na produção nacional, que era de 405.410 milheiros de frutos. Ao longo da década, no entanto, a cultura enfrenta problemas, considerando-se que, com os incentivos, foram ampliadas as áreas plantadas, mas os tratos culturais para manutenção das taxas de

produtividade correspondentes não eram previstas no financiamento e, conseqüentemente, os níveis de produtividade esperados não foram alcançados. Isto gerou um desestímulo à continuidade da exploração da cultura, verificada pela redução em torno de 50% da produção em 1980. Contribuiu também para esta redução a incidência das doenças foliares "queima-das-folhas" e "lixas" e a ocorrência de déficits hídricos elevados.

Na década de 1970, Fontes (1972) afirma que o coco era utilizado como matéria-prima de seis unidades industriais sergipanas, cujas linhas de produção eram a utilização do albúmen, da copra e da fibra. Grande parte dos produtos eram destinados aos centros consumidores da Região Centro-Sul. Baseando-se em documentos estaduais, o autor afirma que 80% das propriedades produtoras possuíam menos de 10ha e ocupavam apenas 6% da área, enquanto os 20% restantes ocupavam 94% em estabelecimentos que variavam de 10 a 2.000ha. Para o autor, os principais problemas enfrentados pelos produtores eram: estrutura fundiária (com latifúndios sub-aproveitados e minifúndios descapitalizados); problemas de mercado (altos preços de equipamentos e insulso e a instabilidade dos preços do coco); e a falta de assistência técnica.

A Tabela 4 apresenta os principais municípios produtores, produção e número de informantes da década de 1970.

Em função dos problemas enfrentados nos anos 70, verifica-se na década de 80 um decréscimo na produção de coco no Brasil e em Sergipe. Em conseqüência, as agroindústrias trabalham, em sua maioria, com capacidade ociosa, decorrente da escassez de matéria-prima. Além disto, o custo do produto brasileiro é superior aquele alcançado internacionalmente.

Tabela 4. Principais municípios produtores, produção e número de informantes - 1970.

Principais Municípios Produtores	Produção (mil)	Informantes
1. S. Luzia do Itanhy	49.037	309
2. Brejo Grande	11.128	272
3. Aracaju	4.985	1.345
4. Barra dos Coqueiros	4.543	243
5. São Cristóvão	4.282	1.056
6. Itaporanga	3.840	828
7. Pacatuba	3.640	832
8. Santo Amaro	2.559	436
9. Estância	2.046	1.053
10. Pirambu	1.766	204
11. Lagarto	1.475	1.349
12. Indiaroba	1.351	447
13. Japarutuba	980	284
14. Ilha das Flores	751	220
15. Japoatã	727	182
Total	93.110	9.060

Fonte: IBGE

O censo agropecuário de 1980 apresenta uma produção de 46.166 milheiros e uma área colhida de 8.866ha para o Estado. Mostra ainda que o número de estabelecimentos era de 21.259. Destes, 20.395 eram de proprietários, 130 de arrendatários, 11 de parceiros e 723 de ocupantes.

A Tabela 5 apresenta os principais municípios produtores, produção, informantes, área e pés que produziram na década de 1980.

A produção era comercializada pela cooperativa para 0,05% dos produtores, entregue a indústria por 0,08%; ao intermediário, por 55,15%; vendida diretamente ao consumidor por

12,32%; consumida no estabelecimento por 22,7% e os demais 9,7% não tinham declaração. Dentre os produtores, 90% possuíam áreas de até 50ha.

Tabela 5. Principais municípios produtores, produção, informantes, área e pés que produziram - 1980.

Principais Municípios Produtores	Produção (mil)	Infor- mantes	Área (ha)	Pés que Produziram
1. Pacatuba	5.541	941	1.045	240.316
2. B.dos Coqueiros	4.431	191	903	164.166
3. Aracaju .	3.579	733	731	149.829
4. Itaporanga	3.503	1.190	673	174.197
5. Estância	2.871	1.295	574	130.959
6. São Cristóvão	2.535	1.081	556	123.166
7. Pirambu	2.412	361	297	69.418
8. Santo Amaro	2.386	541	419	100.992
9. Lagarto	1.607	1.788	156	31.334
10.S. Luzia do Itanhy	1.575	653	307	71.092
11.Indiaroba	1.400	931	373	79.943
12.Japoatã	1.053	745	201	41.487
13.Salgado	1.009	568	139	27.170
14.Neópolis	959	144	304	41.128
15.Japarutuba	827	572	183	44.328
Total	35.688	11.734	6.861	1.489.525

Fonte: IBGE

No início dos anos 80, existiam 27 agroindústrias processadoras de coco no Brasil sendo 12 no Nordeste e 5 em Sergipe, (Sergipe, 1986). Em 1988 do total, apenas 15 estavam em funcionamento e assim mesmo com 50% da sua capacidade produtiva, em virtude da insuficiência de matéria-prima, decorrente da crise da cocoicultura. Na década em análise, o Brasil é o principal produtor de derivados de coco destinados à alimentação humana, o que possibilita a sua participação no mercado

internacional como país exportador, apesar de só produzir 1,4% da produção mundial de frutos, com área colhida de aproximadamente 200.000ha.

No início dos anos 90, o Nordeste e o Estado de Sergipe, apesar da crise, continuam destacando-se na produção nacional. O que se apresenta como novo é o interesse de produtores e grupos empresariais de outras Regiões do País pela cultura do coco. Verifica-se também o aumento da demanda pelo coqueiro anão para produção da água de coco destinada não só ao consumo local, como também à exportação para países da Europa, USA e Japão (Relatório CNPCo, 1993).

Em níveis nacional e internacional, intensificaram-se as ações de cooperação com o setor privado e órgãos públicos (IRHO, Comunidade Econômica Européia - CEE, Empresa Agropecuária do Rio Grande do Norte- EMPARN, SOCOCO, METRO, DUCOCO, FRUTOS e COCESA para execução de trabalhos integrados e adoção de tecnologias geradas.

Apesar do potencial da cultura, em 1992 registram-se apenas três indústrias processadoras de coco em Sergipe: a Coco Industrial S/A - COCIL, a Companhia Industrial Brasileira - SERIGY e a Sergipe Coco Ltda - SERGICOCO, processadoras de leite, coco ralado, óleo, doce e refrescos. Esta redução se deve à dificuldade de obtenção de matéria-prima decorrente da diminuição da produção e da venda "in natura" para o Centro-Sul e da obsolescência das indústrias locais.

Em 1990, por decisão do Governo Federal, o censo agropecuário não foi realizado, daí porque se utilizou os dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1991. Naquele ano, Sergipe teve uma área colhida de 43.109ha, uma produção de 86.533 milheiros e ocupou o 4º lugar no panorama nacional. Apesar destes dados, a situação dos produtores de coco sergipanos é crítica, evidenciada

pelos baixos índices de produtividade, ausência de linhas de crédito específicas para o ciclo da cultura e carência de organização para intermediar a relação com o mercado, demandando do setor público intervenções que amenizem a problemática.

Frente a esta problemática e ao aumento da demanda por frutos em nível nacional, o CPATC desenvolve na sua programação atual atividades de pesquisa e difusão nas áreas de fitossanidade, melhoramento genético, conservação e caracterização dos recursos genéticos de coco, cuja finalidade é a elevação de um padrão tecnológico que venha influenciar na melhoria das condições de vida dos produtores da cultura.

CONCLUSÕES

A trajetória socioeconômica da cultura do coqueiro em Sergipe é uma parte importante da história da cultura no País, considerando o destaque que a mesma teve no Estado, pioneiro em pesquisas agrícolas e industriais. Assim, conclui-se que existem três pontos que merecem destaque:

- 1 - Importância passada e presente dos pequenos produtores familiares para a expansão da cultura. Inicialmente, como uma forma de ocupar áreas para garantir o acesso à terra e, posteriormente, como uma estratégia econômica importante para a sua reprodução social, considerando que o coqueiro representa uma fonte permanente de renda, mesmo quando explorado de forma extrativista;
- 2 - A intervenção do Estado para melhoria do padrão tecnológico da cultura foi de fundamental importância para ampliação das áreas plantadas e para que Sergipe alcançasse destaque no panorama nacional. Esta intervenção, no entanto, não contribuiu significativamente para que os produtores familiares alcançassem novo padrão tecnológico para superar as características da atividade extrativista e se capitalizarem, gradualmente. Ao contrário, foram fundamentais para os grandes produtores e para as indústrias;
- 3 - O desenvolvimento do parque industrial sergipano cocoicultor iniciou-se através de ações isoladas do setor privado para só, nas últimas décadas, contar com incentivos públicos. Mesmo assim, o seu arrefecimento evidencia-se especialmente pela descontinuidade de produção.

Por último, acredita-se que investigar as transformações recentes e passadas do parque industrial sergipano, as transformações fundiárias e as características tecnológicas dos produtores de coco sergipanos, constituem-se em férteis temas para continuidade da pesquisa e para compreensão da agricultura sergipana na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. da G. S. de. **Nordeste açucareiro(1840-1875):** desafios num processo do vir a ser capitalista. Aracaju: UFS/BANESE, 1993. 321p.
- ALMEIDA, M. da G. S. de. **Sergipe:** fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984. 275p.
- ALMEIDA, M. da G. S. de. Atividades produtivas. In: DINIZ, D.M. de F. L. et al. **Textos para a história de Sergipe.** Aracaju: UFS/BANESE, 1991. Cap. 2, p. 61-125.
- ALMEIDA, M. da G. S. de. Estrutura de produção: a crise de alimento na província de Sergipe. (1855-1860). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 27, p. 15-39, 1978.
- ANDRADE, M.C. de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239p.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1966. Rio de Janeiro: IBGE, 1966. 548 p. v. 27.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1967. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. 776p. v. 28.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1968. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. v. 29.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1969. Rio de Janeiro: IBGE, 1969. 720p. v. 30.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. 772 p. v. 31.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1971. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. 832p. v. 32.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1972. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 992p. v. 33.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1973. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. 964p. v. 34.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1974. Rio de Janeiro: IBGE, 1974. 960p. v. 35.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 1016p. v. 36.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1976. Rio de Janeiro: IBGE, 1976. 816p. v. 37.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1977. Rio de Janeiro: IBGE, 1977. 848p. v. 38.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1978. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. 900p. v. 39.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1979. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. 856p. v. 40.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. 840p. v. 41.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1982. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. 904p. v. 43.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1983. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. 888p. v. 44.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1984. Rio de Janeiro: IBGE, 1984. 1104p. v. 45.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1985. 760p. v. 46.

- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1986. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. 628p. v. 47.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1987/1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1988. 740p. v. 48.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1989. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. 716p. v. 49.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1990. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. 784p. v. 50.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. 1024p. v. 51.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL 1992. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. 1119p. v. 52.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Subestação Experimental de Aracaju. **Relatórios de 1949-1954**. Aracaju, 1955. 1v. Mimeografado.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Subestação Experimental de Aracaju. **Relatórios dos trabalhos 1955-1959**. Aracaju, 1955. 1v. Mimeografado.
- CARVALHO, I. V. **Evolução da estrutura agrária no Estado de Sergipe**. Fortaleza: UFCE, 1981. 127p. Tese Mestrado.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1970-Sergipe. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 v.3. 12, 1975. 321p.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1975-Sergipe. Rio de Janeiro : IBGE, 1975 v. 1,t.12, 1979. 377p.
- CENSO AGROPECUÁRIO 1980-Sergipe. Rio de Janeiro: IBGE, 1980 v. 2 t.3, n. 14, 1983. 379p.

CENSO AGROPECUÁRIO 1985-Sergipe. Rio de Janeiro: IBGE, 1985
1985. 306p. n. 16

CENTRO DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DO ESTADO
DE SERGIPE. Aracaju, SE. **Diagnóstico das empresas de
beneficiamento de coco do Estado de Sergipe**. 2. ed. rev. Aracaju,
SE: CEAG, 1980. 184p.

CRUZ, J. O coco na economia de Aracaju. **Revista de Aracaju**, v.1, n.1,
p. 3-16, 1943.

DINIZ, D.M. de F.L. A propriedade da terra e a questão agrária. In:
DINIZ, D.M. de F.L. et al. **Textos para a história de Sergipe**.
Aracaju: UFS/BANESE, 1991. Cap.4, p. 167-201.

DINIZ, J.A.F. **Áreas agrícolas subcosteiras do Nordeste Meridional**.
Recife: SUDENE, 1981. 262p. (Brasil. SUDENE. Estudos
Regionais, 5).

DINIZ, D.M. de F. L.; DANTAS, B.G.; SANTOS, L.A.; GONÇALVES,
M.de A.; ALMEIDA, M. da G.S de; OLIVA, T.A. de. **Textos para
a história de Sergipe**. Aracaju: UFS, 1991. 294p.

FONTES, M. de A. **Estudos básicos para a formulação de programas
de desenvolvimento agropecuário do Estado de Sergipe**:
Tipologia dos sistemas de produção. Aracaju: CEPA, s.d. V.4, 1972.
71p.

FRANÇA, V.L.A. **A cultura do coco-da-baía e as transformações no
litoral sergipano**. Aracaju, 1988. 146p. Tese Mestrado.

FRANÇA. V.L.A.; SILVA, R.C.R. **Problemas da cultura do coco em
Sergipe**. Aracaju, UFS, 1981. (46p. (Geografia, 1).

FREIRE, F. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. 416p.
(Dimensões do Brasil, 7).

GOMES, R.P. **O coqueiro-da-baía**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1982. 111p.

GUTIERREZ CUENCA, M. A. **Distribuição da produção de coco-da-baía no Estado de Sergipe**. Aracaju, EMBRAPA-CNPCo. 1989. 22p. (EMBRAPA-CNPCo. DOCUMENTOS, 12).

MONTENEGRO, L.B. **Relatório dos trabalhos realizados no mês de julho de 1934, apresentado ao Diretor do Serviço de Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura**. Aracaju: Campo de Sementes de Coco, 1934. 1v. Mimeografado.

OLIVA, T.A. de. Estruturas do poder. In: DINIZ, D.M. de F.L.; DANTAS, B. G.D.; SANTOS, L.A.; GONÇALVES, M. de A.; ALMEIDA, M. da G.S. de OLIVA, T.A. de. **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE, 1991. Cap. 3, p. 127-166.

RELATÓRIO técnico anual da UEPAE de Aracaju-1980. Aracaju: EMBRAPA-UEPAE, 1980. 54p.

RELATÓRIO técnico anual do CNPCo-1985. Aracaju: EMBRAPA: CNPCo, 1987. 144p.

RELATÓRIO técnico anual do CNPCo - 1986/87. Aracaju: EMBRAPA-CNPCo, 1988. 68p.

RELATÓRIO técnico anual do CNPCo-1988/89. Aracaju: EMBRAPA-CNPCo, 1990. 67p.

RELATÓRIO técnico anual do CNPCo-1990/92 Aracaju: EMBRAPA-CNPCo, 1993. 92p.

SANTOS, Z. G. dos. A pesquisa com coqueiro no Brasil. In: CURSO SOBRE A CULTURA DO COQUEIRO, 3^a., 1989, Aracaju, SE. Aracaju: EMBRAPA-CNPCo, 1989, p. 4-6.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Aracaju, SE. **Cadastro indústrias de Sergipe 1991/1992**. Aracaju: CODISE/SEBRAI, 1992. 455p.

- SERGIPE. Superintendência da Agricultura e Produção. Aracaju, SE.
Uma abordagem à cultura do coco no Estado de Sergipe.
Aracaju: 1986. 92p.
- SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos:** estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas cidades, 1979. 260p.
- SOUZA, M.A. de. **Memória sobre a capitania de Sergipe:** sua fundação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz. Aracaju: s. ed., 1808. 53p.
- SUBRINHO, J.M. dos P. **História econômica de Sergipe (1850-1930).** Campinas: UNICAMP, 1983. 140p. Tese Mestrado.